

Codeplan denuncia arbitrariedade

Advogado qualifica de "truculenta e ilegal" diligência de procuradores do Ministério Público sobre contratos do ICS

DAVI ZOCOLI

Uma ação truculenta, desnecessária e ilegal. Foi com esses termos que o chefe da Assessoria Jurídica da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), Otávio Arantes de Mello, classificou a diligência efetuada na manhã de ontem por dois procuradores do Ministério Público do Trabalho e quatro promotores do Ministério Público do Distrito Federal no edifício-sede do órgão, localizado próximo ao Palácio do Buriti.

A operação, que também foi realizada na sede da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Candango de Solidariedade (ICS) e no Hospital de Base do DF, teve como objetivo, segundo nota conjunta divulgada pelos ministérios públicos do Trabalho e do DF, reunir elementos para dar suporte às investigações realizadas em ambos os órgãos para apurar supostas ilegalidades envolvendo a contratação de pessoal por meio do instituto. Segundo o advogado, nada foi apreendido.

De acordo com Mello, por volta das 9h30, o grupo, acompanhado de policiais federais fortemente armados, entrou no prédio, dividiu-se em diferentes equipes e passou a entrevistar servidores e a verificar documentos sem, para tanto, apresentar mandado judicial.

Ele afirma que o procedimento não é necessário porque o órgão sempre enviou todos os documentos solicitados nas apurações desde o ano de 2001, quando foram constatadas suspeita de ilegalidade nos acordos. "Não temos nada a esconder; considero isso um

ato arbitrário", afirma.

A ação, segundo afirmou em entrevista concedida à imprensa em companhia do subprocurador-Geral do DF, Sérgio Alvarez, teria na realidade outras intenções. "Acredito que existem questões políticas", afirma.

Embora afirme que não tenha havido nenhum tipo de agressão por parte da equipe em diligência, o advogado afirma que a presença dos agentes da Polícia Federal (PF) causaram grande constrangimento aos servidores. "Eles vieram em grupo para nos intimidar", denuncia.

Para o subprocurador, os procuradores e promotores poderiam ter realizado a mesma diligência de outra forma, sem a denunciada truculência e ilegalidade. "Nosso objetivo é que a legalidade esteja presente em todos os atos", disse. "Não há necessidade de agir dessa maneira para apurar irregularidades".

A assessoria jurídica da Codeplan vai analisar a conduta dos representantes dos ministérios públicos para definir a providência que será tomada em relação ao fato. Segundo o órgão, atualmente tramitam duas ações no Tribunal de Justiça, nas quais é questionada a legalidade das contratações por meio do ICS.

A PF afirmou, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Superintendência Regional, que seus integrantes participaram da diligência atendendo a solicitação dos procuradores do Trabalho. Sua função foi a de lhes garantir a integridade física. O órgão informou, ainda, que não está participando das investigações.



Subprocurador-Geral do DF, Sérgio Alvarez, e o advogado Otávio Arantes de Mello: "Acredito que existem questões políticas"

FRANCISCO STUCKERT



Procuradores deixam a Codeplan. A pedido do MP, ação foi acompanhada por policiais federais